



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura

ORÇAMENTO DE 2018

1º BIMESTRE

RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS

**AVALIAÇÃO EXTEMPORÂNEA E
FORMAÇÃO DE RESERVAS**

(COMENTÁRIOS PRELIMINARES)

DECRETO Nº 9.276 (02 DE FEVEREIRO)

DECRETO Nº 9.323 (29 DE MARÇO)

Nota Técnica 15/18
(13 de Abril)

SUMÁRIO

I – COMENTÁRIOS INICIAIS	2
II – REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2018	8
III – AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS	13
ANEXOS	20

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>
E-mail: conof@camara.leg.br

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



I – COMENTÁRIOS INICIAIS

1. **Esta Nota.** Seguem-se comentários sobre os Relatórios de Avaliação extemporânea de 14 de fevereiro e de receitas e despesas referente ao 1º bimestre de 2018, de 22 de março, e a reprogramação deles decorrente.¹ A 1ª Avaliação bimestral desatualizou-se rapidamente, com a MP 825/18, o excepcional resultado dos leilões da 15ª Rodada de concessão de petróleo e gás² e a derrubada dos vetos presidenciais, parciais ao Programa de regularização tributária rural³ e, integral, ao Refis das pequenas empresas⁴. Ainda, é provável o recebimento em 2018 de bônus fixos referentes a realização de uma 5ª Rodada, extra, de partilha de produção.⁵

2. **Tamanho da Reserva.** Com base nessas Avaliações, os Decretos nºs 9.276/18, de 02 de fevereiro e 9.323/18, de 29 de março, não determinaram qualquer contingenciamento, – segundo o Executivo não haveria risco para o cumprimento da meta primária⁶ – e previram reservas orçamentária e financeira excepcionalmente elevadas que, no segundo Decreto, alcançaram respectivamente R\$ 17,2 bilhões e R\$ 26,0 bilhões. Buscou-se dar uma explicação técnica para o tamanho da reserva orçamentária, que poderia ser estendida à financeira⁷: desses, R\$ 11,6 bilhões corresponderiam à soma de riscos fiscais – receita incerta da capitalização da Eletrobras (PL nº 9.463/18) e os gastos extras com a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro (MP 825/18), deduzida “sobra” da meta primária. Além do equivalente aos riscos, deveriam ter sido originalmente bloqueados R\$ 6,6 bilhões para futuras realocações orçamentárias, em parte dependentes de créditos sujeitos à aprovação do Congresso, já reduzidas a R\$ 5,5 bilhões. A evolução das reservas orçamentária e financeira nos Decretos está na Tabela I.

¹ Ver decretos e relatórios em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-aneais/2018/legislacao/programacao/programacao-orcamentaria>.

² Apesar de áreas valiosas não terem sido leiloadas. Por decisão do TCU não foram ofertados na 15ª Rodada de concessão os blocos S-M-534 e o S-M-645, localizados na Bacia de Santos, adjacentes à área do pré-sal que, somados, tinham lance inicial de R\$ 3,55 bilhões, de um total de R\$ 4,85 bilhões. Foram adquiridos 22 dos demais 68 blocos e arrecadação foi de R\$ 8,01 bilhões. O ágio médio em blocos na Bacia de Campos foi de pouco mais de 680%. O TCU também retirou da 4ª Rodada de partilha, marcada para fim de junho, a área de Saturno.

³ Ver Lei 13.606/18, de 9 de janeiro.

⁴ Aprovado no fim de 2017, foi vetado sob a justificativa de que contrariava LRF. O novo Refis parcela débitos do Simples vencidos até novembro de 2017 e exige pagamento à vista de ao menos 5% do valor total em até cinco parcelas mensais que vencerão neste exercício. Com a derrubada do veto, foi promulgada como Lei Complementar 162/2018.

⁵ Decidido em 2 de abril, o MME e ANP vão propor ao CNPE uma 5ª Rodada de partilha de produção ainda em 2018, onde serão ofertadas as áreas excluídas da 15ª Rodada de concessão e a área de Saturno, que estava prevista para oferta na 4ª Rodada. A 4ª Rodada de partilha de produção está mantida para dia 7 de junho e a rodada prevista para 2019 passou ser denominada 6ª Rodada.

⁶ Ver em <http://www.planejamento.gov.br/noticias/orcamento-tera-bloqueio-de-r-18-2-bilhoes-e-contempla-recursos-para-a-intervencao-federal-no-rj>.

⁷ Ambas tratadas no art. 8º do Decreto 9.276/18. Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9276.htm.



TABELA I
Programação Orçamentária e Financeira, 2018
Reservas nas Avaliações de Receitas e Despesas
(R\$ bilhões)

	Extemporânea Fevereiro		1º Bimestre		
	Dec 9.276		Apresentação	Dec 9.323	
	Apresentação/ Orçamentária	Financeira		Orçamentária	Financeira
A. Receitas da desestatização da Eletrobrás	12,20	12,20	12,20	12,20	12,20
B. Sobra em relação à meta primária	4,19	4,19	1,56	1,56	1,56
C. Custos da intervenção na Segurança ⁽¹⁾	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
D. Riscos fiscais (A-B+C)	8,01	8,01	11,64	11,64	11,64
E. Realocação orçamentária/margem financeira extra	8,23	13,65	6,60	5,51	14,38
F. Reserva no Decreto (D+E)	16,24	21,66	18,24	17,15	26,02

Fonte: Apresentações do MPOG e Decretos citados. Valores em itálicos estimados. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Líquidos. Reavaliados para R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 200 bilhões foram cancelados em despesas primárias da Câmara dos Deputados.

3. Indisponibilidade para movimentação e empenho de dotações de despesas com controle de fluxo na Avaliação do 1º bimestre. A Tabela II, na página seguinte, mostra a distribuição entre os diversos órgãos dos R\$ 17,15 bilhões que compõem a reserva orçamentária, até a 1ª Avaliação bimestral. Nela se observa que o Ministério do Planejamento, com R\$ 2 bilhões indisponíveis, não pode movimentar nem empenhar 38% do total de suas dotações. De outro lado, o Ministério da Saúde teve o maior valor bloqueado de todos, de R\$ 3,7 bilhões, que, no entanto, representam apenas 3% de suas despesas (não considerando as referentes às emendas impositivas). Despesas obrigatórias com controle de fluxo do Ministério da Saúde tiveram suas dotações reduzidas devido a reprogramação de ações de incentivo financeiro para vigilância sanitária, de média e alta complexidade e de promoção da assistência básica e contribuíram com R\$ 1,4 bilhão para a formação da reserva. Já o Ministério da Justiça, antes da criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, foi aquinhado com R\$ 1,2 bilhão em sua programação de despesa obrigatória, por conta da decisão de se gastar com o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN todos os recursos que lhe são vinculados.

4. Reservas ou contingenciamento. A formação de reserva como instrumento exclusivo de precaução contra (preponderantemente) frustração de receita é procedimento novo em programação orçamentária e financeira. Até 2017 contingenciamento e reservas se completavam, como mostra a Tabela III.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

TABELA II
 DESPESAS COM CONTROLE DE FLUXO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, 2018
 INDISPONIBILIDADE DE RECURSOS NA AVALIAÇÃO DO 1º BIMESTRE

(R\$ Milhões)

Órgão	Lei Orçamentária							Indisponível Após Avaliação do 1º Bimestre/Decreto 9.323/18 ⁽¹⁾							% do Total sem Emendas
	Obrigatórias	Demais				Total Geral	Obrigatórias	Demais				Total Geral			
		PAC	Emendas Impositivas		Outras			PAC	Emendas Impositivas		Outras				
		Indivíduos	Bancada					Indivíduos	Bancada						
20000 Presidência da República	625	19	100	0	1.949	2.068	2.694	0	1	0	0	572	573	573	22
22000 Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	367	0	377	313	1.460	2.151	2.518	0	0	0	0	226	226	226	12
24000 Min. da Ciência, Tec., Inov. e Comunicações	161	501	27	0	4.073	4.602	4.763	0	26	0	0	588	614	614	13
25000 Min. da Fazenda	488	0	0	0	5.522	5.522	6.010	(0)	0	0	0	456	456	456	8
26000 Min. da Educação	9.252	200	361	312	24.330	25.203	34.455	0	10	0	0	2.525	2.535	2.535	8
28000 Min. da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	33	0	6	0	884	890	923	0	0	0	0	132	132	132	14
30000 Min. da Justiça e Segurança Pública	324	0	167	135	3.630	3.932	4.257	(1.200)	0	0	0	1.131	1.131	(69)	(2)
32000 Min. de Minas e Energia	2.454	70	1	0	746	816	3.270	0	3	0	0	78	81	81	2
35000 Min. das Relações Exteriores	446	0	0	0	1.274	1.274	1.720	0	0	0	0	93	93	93	5
36000 Min. da Saúde	84.336	607	4.854	818	20.486	26.765	111.101	1.398	121	0	0	2.147	2.268	3.666	3
37000 Min. da Transparência e Controladoria-Geral da União	20	0	0	0	96	96	115	0	0	0	0	0	0	0	0
39000 Min. dos Transportes, Portos e Aviação Civil	134	10.493	5	522	1.790	12.810	12.943	0	1.378	0	0	951	2.329	2.329	19
40000 Min. do Trabalho	90	0	8	0	699	708	798	0	0	0	0	62	62	62	8
42000 Min. da Cultura	34	168	95	0	533	797	831	0	26	0	0	29	55	55	8
44000 Min. do Meio Ambiente	65	0	9	0	862	870	935	0	0	0	0	92	92	92	10
47000 Min. do Planejamento, Des. e Gestão	579	30	1	0	4.665	4.696	5.275	1	1	0	0	2.015	2.017	2.017	38
51000 Min. do Esporte	68	50	364	0	803	1.216	1.284	(4)	2	0	0	175	177	174	19
52000 Min. da Defesa	8.739	4.850	229	51	8.745	13.875	22.613	0	587	0	0	1.745	2.331	2.331	10
53000 Min. da Integração Nacional	60	2.066	556	567	2.070	5.259	5.319	0	146	0	0	1.002	1.148	1.148	27
54000 Min. do Turismo	4	105	288	0	628	1.022	1.026	0	5	0	0	138	143	143	19
55000 Min. do Desenvolvimento Social	29.143	0	110	0	4.902	5.012	34.155	(0)	0	0	0	551	551	551	2
56000 Min. das Cidades	83	6.420	1.126	352	1.344	9.242	9.325	0	316	0	0	364	680	680	9
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	0	0	0	0	0	0	0	(0)	0	0	0	(2)	(2)	(3)	...
63000 Advocacia-Geral da União	71	0	0	0	383	383	454	0	0	0	0	1	1	1	0
81000 Min. dos Direitos Humanos	2	0	83	0	192	275	277	0	0	0	0	23	23	23	12
Saldo da Autorização para Ampliação (art. 8º, inciso I)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(17.147)	(17.147)	(17.147)	...
Total	137.578	25.578	8.768	3.071	92.067	129.485	267.062	194	2.623	0	0	(2.053)	570	764	0

Fonte: Orçamento 2018 e Decreto citado. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Não considera distribuição de recursos da reserva orçamentária por portarias, nem cancelamentos ou remanejamento.



TABELA III

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2013-2018

Indisponibilidade para Movimentação e Empenho e para Pagamentos nos Decretos Inaugurais de Programação Financeira

	(R\$ milhões)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Contingenciamento Inicial	22.286,59	30.499,37	69.945,61	23.408,93	41.555,34	-
Reserva Orçamentária ^(*)	-	-	-	-	2.000,00	16.240,08
Reserva Financeira	14.987,32	7.880,00	994,92	6.646,00	3.000,00	21.655,11
Indisponibilidade Orçamentária	22.286,59	30.499,37	69.945,61	23.408,93	43.555,34	16.240,08
Indisponibilidade Financeira	37.273,91	38.379,37	70.940,53	30.054,93	44.555,34	21.655,11

Fonte: Decreto 8.021/13 (Avaliação Extemporânea/2013); Decreto 8.197/14 (Avaliação Extemporânea/2014); Decreto 8.456/15 (Avaliação do 2º Bimestre/2015); Decretos 8.670 e 8.676/16 (Avaliação Extemporânea de Fevereiro/2016); Decreto 9.018/17 (Avaliação Extemporânea de Março/2017); Decreto 9.276/18 (Avaliação Extemporânea de Fevereiro/2018).

(*) Reservas orçamentárias podem ter sido formadas em decretos posteriores.

5. **Reservas e contingenciamento.** Contingenciamento e reservas deveriam ser revistos ao menos a cada 2 meses. O contingenciamento refletia um desajuste na programação razoavelmente bem aquilutado, pelo lado da receita e das despesas obrigatórias, e seu montante implicava a redução correspondente dos valores autorizados para movimentação e empenho. Reservas, por sua vez, eram apartadas, no início da execução, para liberação no decorrer do exercício, como medida adicional de cautela em relação ao atingimento da meta primária, do governo central ou consolidada. A diferença entre reservas orçamentária e financeira indicaria, *grosso modo*, quanto do orçamento discricionário do exercício seria inscrito em restos a pagar.

6. **Tratamento diferente de reservas e contingenciamento.** A formação de reserva não compromete a programação dos demais Poderes nem as emendas individuais e de bancada impositivas, que neste caso se tornam plenamente obrigatórias. Prevalessem as hipóteses de arrecadação registradas nos relatórios, o anúncio da intervenção e o grau de cautela que pautou as avaliações inaugurais de 2016 e 2017, caberia, digamos, contingenciamento de R\$ 11,6 bilhões, do tamanho dos riscos fiscais.⁸ Se assim fosse, esse contingenciamento teria, nesta etapa, represado R\$ 1 bilhão em emendas, na forma da Tabela IV. Reconheça-se que o descontingenciamento dessas emendas em maio poderia inviabilizar sua execução, tendo em vista as restrições da legislação eleitoral.

⁸ Há outras possibilidades de arrecadação extra em 2018. O governo estuda realizar uma 5ª rodada de licitações do pré-sal no regime de partilha no segundo semestre, para além da 4ª rodada já marcada para junho. Pode ocorrer ainda em 2018 o leilão de áreas excedentes da cessão onerosa de 2010, quando a Petrobras adquiriu os direitos para explorar e produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente em seis áreas do pré-sal da Bacia de Santos, pelo que pagou US\$ 42 bilhões. A revisão desse valor após declarações de comercialidade pode implicar ressarcimento à Petrobras, segundo analistas, de pelo menos R\$ 12 bilhões. O excedente estima-se variar entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris.

TABELA IV

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2018

Contingenciamento de Emendas Impositivas na Programação

(R\$ milhões)

	Lei e Decretos	Limite Considerando Riscos Fiscais	"Corte potencial" em relação à Lei	% de Corte
Emendas Impositivas na LOA	11.844,4	10.856,5	987,9	8,34
Emendas de Bancada	3.071,2	2.815,0	256,2	8,34
Emendas Individuais	8.773,3	8.041,5	731,8	8,34
Memo:				
Base Contingenciável - todos os Poderes	139.596,5	139.596,5		
Contingenciamento de Desp. Discricionárias ^(*)		11.643,4		8,34

Fonte: Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas; Orçamento 2018; Decretos 9.276 e 9.323 e SOF/MF. Elaboração dos autores.

^(*) Frustração de receita da desestatização da Eletrobrás, somadas as despesas com a intervenção no RJ e deduzida a sobra de saldo primário na Avaliação do 1º bimestre.

7. **Liberação da reserva.** Os ministros da Fazenda e do Planejamento podem alterar as autorizações de movimentação e empenho e de pagamento até os limites das reservas financeiras e orçamentárias, respectivamente, e o segundo já o faz desde fevereiro, em quase R\$ 2,8 bilhões⁹, como mostra a Tabela V. A maior parte foi redistribuída para o Ministério da Saúde (R\$ 1,1 bilhão).

TABELA V

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, 2018

Ampliação dos Limites de Movimentação e Empenho até a data pelo uso da Reserva Orçamentária

(R\$ 1,00)

Portaria Nº	Órgão/Ministério	Discricionárias		Total
		PA C	Outras Discricionárias	
26 (23/02)	Integração Nacional		312.700.651	312.700.651
49 (20/03)	Educação		600.000.000	600.000.000
	Saúde		1.000.000.000	1.000.000.000
	Desenvolvimento Social		400.000.000	400.000.000
50 (21/03)	Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		1.350.000	1.350.000
	Educação		25.600.000	25.600.000
	Justiça e Segurança Pública		12.470.000	12.470.000
	Saúde	1.000.000	104.300.000	105.300.000
	Trabalho		200.000	200.000
	Esporte		35.760.000	35.760.000
	Turismo		60.300.000	60.300.000
	Cidades		178.050.000	178.050.000
65 (03/04)	Integração Nacional		28.500.000	28.500.000
	Direitos Humanos		4.929.960	4.929.960
68 (04/04)	Integração Nacional		20.000.000	20.000.000
	Total	1.000.000	2.784.160.611	2.785.160.611

Fonte: Portarias MPDG citadas. Elaboração dos autores.

⁹ Ver em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/legislacao/programacao>.

8. **Limites coexistentes.** As perspectivas para as finanças do governo central em 2018 são boas e não deverão por em risco o atingimento da meta (déficit de R\$ 159 bilhões), a julgar pelas opiniões dos analistas. Instituições ouvidas pelo Ministério da Fazenda no relatório Prisma Fiscal reduziram mais uma vez a projeção de déficit para o governo central em 2018, para R\$ 136,1 bilhões.¹⁰ Resultado melhor seria alcançado, mesmo com os seguidos insucessos na adoção das medidas específicas de ajuste que constaram do orçamento. Na Avaliação do 1º bimestre é o teto de gastos que agora mais efetivamente modera as despesas, neste segundo exercício do Novo Regime Fiscal¹¹. A Tabela VI mostra como evoluíram os grandes agregados de receitas e despesas nas Avaliações relativamente ao Orçamento, combinando os resultados frente a 2 regras fiscais. De qualquer forma, ambas as sobras já estão bem reduzidas, principalmente se o resultado primário for corrigido para incorporar as despesas via crédito extraordinário com a intervenção no RJ. Em particular, a margem para o cumprimento do teto (que na Avaliação do 1º bimestre foi apurada em R\$ 431,8 milhões) pode ser afetada por eventuais cancelamentos de despesas primárias na abertura de créditos extraordinários, como aconteceu na MP 825/18.

9. **Folga da meta primária.** Existiu folga na lei orçamentária porque, embora maiores receitas estimadas pelo Congresso, o teto restringia o uso dos novos recursos, e também em virtude do veto apostado ao aumento de despesas com a complementação do Fundeb. Parte da folga relativamente à meta primária, originalmente de R\$ 4,2 bilhões, na Avaliação extemporânea em relação à LDO, foi consumida porque a receita caiu mais que as despesas, e esse espaço reduziu-se a R\$ 1,6 bilhão.

¹⁰ Ver em http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2018/relatorio-mensal-2018_04.pdf.

¹¹ Não obstante a meta fiscal ter sido sucessivamente afrouxada – o PLDO 2017 registrava superávit em 2018, a LDO 2018 foi aprovada originalmente com déficit de R\$ 129 bilhões, alterado em setembro.



TABELA VI
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Programação Orçamentária e Financeira. Resultados das Avaliações
(R\$ milhões)

Discriminação	LOA 2018 ⁽¹⁾ (a)	Extemporânea Fevereiro (b)	Diferença para o Orçamento (c)=(b)-(a)	Bimestre I (d)	Diferença para o Orçamento (e)=(d)-(a)
1. Receita Primária Total	1.462.052,3	1.460.655,3	(1.397,1)	1.462.931,4	879,1
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	890.255,3	880.924,3	(9.331,0)	894.037,3	3.782,0
Arrecadação Líquida para o RGPS ⁽²⁾	405.337,6	403.283,8	(2.053,8)	395.735,8	(9.601,8)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	166.459,4	176.447,2	9.987,8	173.158,3	6.698,9
<u>Necessidades de Financiamento (NF)</u>					
2. Transferências por Repartição de Receita	244.220,2	243.862,7	(357,5)	246.078,9	1.858,7
3. Receita Líquida de Transferências(1-2)	1.217.832,1	1.216.792,6	(1.039,5)	1.216.852,5	(979,6)
4. Despesas Primárias	1.373.365,2	1.371.597,6	(1.767,6)	1.374.295,9	930,7
Obrigatórias ⁽²⁾	1.243.880,5	1.242.683,0	(1.197,6)	1.245.381,2	1.500,7
Discricionárias	129.484,7	128.914,7	(570,0)	128.914,7	(570,0)
5. Resultado Primário (3-4)	(155.533,1)	(154.805,1)	728,1	(157.443,4)	(1.910,3)
6. Meta Primária	(159.000,0)	(159.000,0)	0,0	(159.000,0)	0,0
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5-6)	3.466,9	4.194,9	728,1	1.556,6	(1.910,3)
<u>Cumprimento do limite da EC 95</u>					
4. Despesas Primárias em Necessidades de Financiamento	1.373.365,2	1.371.597,6	(1.767,6)	1.374.295,9	930,7
8. Transferências a Estados e Municípios em EC 95 (art. 107, §6º, I) (2+9+10+11)	235.500,0	235.394,7	(105,3)	237.584,5	2.084,5
2. Transferências por Repartição de Receita em NF	244.220,2	243.862,7	(357,5)	246.078,9	1.858,7
9. Flote de Transferências a Estados e Municípios /EC 95 (art. 107, §6º, I)	319,5	319,5	0,0	319,5	0,0
10. Superávit de Fundos Constitucionais em NF	(8.771,0)	(8.521,1)	249,9	(8.534,2)	236,8
11. Transferências por Repartição de Receita em NF Sujeitas ao Limite	(268,8)	(266,3)	2,4	(279,7)	(10,9)
10. Superávit de Fundos Constitucionais em NF	8.771,0	8.521,1	(249,9)	8.534,2	(236,8)
11. Transferências por Repartição de Receita em NF Sujeitas ao Limite	268,8	266,3	(2,4)	279,7	10,9
12. Despesas Primárias em EC 95 (4+8+10+11)	1.617.904,9	1.615.779,8	(2.125,1)	1.620.694,3	2.789,4
13. Despesas Primárias Não Sujeitas ao Limite	270.029,7	270.792,7	763,0	273.245,4	3.215,7
14. Despesas Primárias Sujeitas ao Limite (12-13)	1.347.875,2	1.344.987,1	(2.888,1)	1.347.448,9	(426,3)
15. Limite	1.347.880,7	1.347.880,7	0,0	1.347.880,7	0,0
16. Sobra no Limite (15-14)	5,5	2.893,6	2.888,1	431,8	426,3

Fonte: Relatórios de Avaliação citados. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Após vetos.

⁽²⁾ Inclui, diferentemente de outras tabelas, a compensação do RGPS pela desoneração da folha.

II – REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2018

10. **Bom desempenho da receita.** Pela primeira vez nos últimos sete anos a reestimativa inicial de receitas é superior à da proposta orçamentária (na mensagem modificativa), e pouco inferior à Lei, apesar das muitas iniciativas de aumento da carga tributária já definitivamente barradas. Em 2017 o desempenho da receita deu primeiros sinais de melhora, ainda que fortemente dependente de parcelamentos especiais e concessões. Mesmo assim a receita líquida se frustrou. Para 2018, temos o seguinte na reprogramação:



TABELA VII
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2018
Resultados das Avaliações ⁽¹⁾
(R\$ milhões)

Item	PLOA	Lei	Aval Extemporânea Fevereiro	Aval 1º Bi	Variações			
					Lei - PLOA	Aval 1º Bi - Aval Ext.	Aval Ext. - Lei	Aval 1º Bi - Lei
Receita Primária Bruta ⁽²⁾	1.444.922,0	1.450.505,5	1.448.323,3	1.449.232,4	5.583,4	909,1	(2.182,1)	(1.273,0)
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	886.688,8	890.255,3	880.924,3	894.037,4	3.566,5	13.113,1	(9.331,0)	3.782,0
Receita do RGPS	391.879,1	393.790,7	390.951,8	382.036,7	1.911,6	(8.915,1)	(2.838,9)	(11.754,0)
Receitas Não Administradas	166.354,1	166.459,4	176.447,2	173.158,3	105,3	(3.288,9)	9.987,8	6.698,9
Transferências Constitucionais e Legais	243.524,4	244.220,2	243.862,7	246.078,9	695,9	2.216,2	(357,5)	1.858,7
Receita Primária Líquida	1.201.397,6	1.206.285,2	1.204.460,6	1.203.153,5	4.887,6	(1.307,1)	(1.824,6)	(3.131,7)
Despesas Obrigatórias ⁽²⁾	1.096.269,3	1.094.755,5	1.092.641,3	1.094.298,1	(1.513,8)	1.656,8	(2.114,3)	(457,5)
Despesas Discricionárias/Corte Anunciado ⁽³⁾	264.128,3	267.062,8	266.624,4	266.298,8	2.934,5	(325,6)	(438,4)	(764,0)
Obrigatórias sujeitas a controle de fluxo	137.628,8	137.577,8	137.709,4	137.383,8	(51,0)	(325,6)	131,6	(194,0)
Discricionárias	126.499,5	129.485,0	128.915,0	128.915,0	2.985,5	0,0	(570,0)	(570,0)
Resultado Primário	(159.000,0)	(155.533,1)	(154.805,1)	(157.443,4)	3.466,9	(2.638,3)	728,0	(1.910,3)
Memo:								
Despesas de Todas as Naturezas	1.360.397,6	1.361.818,3	1.359.265,7	1.360.596,9	1.420,7	1.331,2	(2.552,6)	(1.221,5)
Despesas Obrigatórias de Todas as Naturezas	1.233.898,1	1.232.333,3	1.230.350,7	1.231.681,9	(1.564,8)	1.331,2	(1.982,6)	(651,4)
Sendo: Compensação ao RGPS	11.546,9	11.546,9	12.332,0	13.699,0	0,0	1.367,0	785,1	2.152,1

Fonte: Mensagem modificativa ao PLOA 2018; Orçamento; Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas; SOF/MPDG. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças com programação podem decorrer de arredondamentos.

⁽²⁾ Não inclui a compensação ao RGPS. Inclui despesas dos demais Poderes e o respectivo contingenciamento, se houver.

⁽³⁾ Inclui despesas obrigatórias sujeitas a controle de fluxo.

11. Avaliações da receita. As medidas de ajuste que constavam da proposta para 2018 e da Lei não obtiveram aprovação legislativa ou foram abandonadas – MP perderam a validade – e foram quase todas excluídas da programação. Por outro lado, receitas extraordinárias efetivamente arrecadadas no primeiro bimestre e a melhoria das condições da economia, com a evolução favorável de indicadores, crescimento do PIB entre eles, permitiram a revisão positiva de diversos itens. A estimativa de março para todo o exercício era de que a receita líquida se frustrasse em apenas R\$ 3,1 bilhões. A Tabela VIII-A detalha as variações das estimativas de receitas.

12. Despesas de todos os Poderes. Estima-se que despesas obrigatórias, incluindo as sujeitas a controle de fluxo, venham a ser inferiores à Lei em pouco mais R\$ 650 milhões, e despesas totais, em pouco mais de R\$ 1,2 bilhão. Parte da folga relativamente à meta primária, originalmente de R\$ 3,5 bilhões na Lei, foi consumida porque a receita caiu mais. Os totais escondem variações significativas em alguns componentes do gasto, como a redução de despesas com benefícios da previdência, com abono salarial e com seguro-desemprego, somadas, de R\$ 9,6 bilhões, e mesmo de despesas do PAC, em R\$ 4,6 bilhões; de outro lado, a mal sucedida iniciativa de rever o reajuste dos salários do setor público implicou o aumento de despesas com pessoal e encargos em R\$ 5,6 bilhões. Créditos extraordinários, subsídios e subvenções e despesas discricionárias do Executivo preencheram parte desse espaço fiscal. A Tabela VIII-B detalha as variações das previsões de despesas.



TABELA VIII-A

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2017-2018

Resultado e Evolução de Estimativas das Avaliações de Receitas e Despesas Primárias

Receitas	Realizado 2017		Orçamento		Aval Extemp Fevereiro (Dec. 9.276/18)		Aval 1º Bimestre (Dec. 9.323/18)		Diferenças entre		
									Aval Extemp e Orçamento	Aval 1º - Orçamento	Aval 1º e Aval Extemp
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões		
RECEITA TOTAL	1.369.180,3	20,87	1.450.505,4	20,24	1.448.323,3	20,33	1.449.232,4	20,67	(2.182,1)	(1.273,0)	909,1
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	834.184,6	12,72	890.255,3	12,42	880.924,3	12,36	894.037,3	12,75	(9.331,0)	3.782,0	13.113,1
Imposto de Importação	32.426,5	0,49	38.411,4	0,54	38.776,4	0,54	39.053,9	0,56	365,0	642,5	277,5
IPI	48.032,5	0,73	52.322,1	0,73	54.673,6	0,77	56.270,0	0,80	2.351,5	3.947,9	1.596,4
Imposto sobre a Renda	338.462,0	5,16	352.436,2	4,92	340.246,7	4,78	346.264,9	4,94	(12.189,6)	(6.171,3)	6.018,2
IOF	34.983,5	0,53	38.134,0	0,53	37.868,9	0,53	36.635,6	0,52	(265,2)	(1.498,4)	(1.233,2)
COFINS	235.759,4	3,59	243.079,4	3,39	244.221,2	3,43	249.370,9	3,56	1.141,7	6.291,5	5.149,7
PIS/PASEP	62.560,6	0,95	65.159,1	0,91	65.831,1	0,92	66.467,5	0,95	671,9	1.308,3	636,4
CSLL	75.650,6	1,15	72.242,9	1,01	72.080,3	1,01	74.377,1	1,06	(162,6)	2.134,2	2.296,8
CIDE-Combustíveis	5.827,3	0,09	6.377,6	0,09	5.999,4	0,08	5.828,7	0,08	(378,2)	(548,9)	(170,6)
Outras Administradas pela RFB	482,2	0,01	22.092,5	0,31	21.226,8	0,30	19.768,7	0,28	(865,7)	(2.323,8)	(1.458,1)
Arrecadação Líquida para o RGPS ^(*)	360.883,5	5,50	393.790,7	5,50	390.951,8	5,49	382.036,7	5,45	(2.838,9)	(11.754,0)	(8.915,1)
Outras Receitas	174.112,2	2,65	166.459,4	2,32	176.447,2	2,48	173.158,3	2,47	9.987,8	6.698,9	(3.288,9)
Concessões e Permissões	32.106,5	0,49	18.894,4	0,26	20.244,4	0,28	20.376,4	0,29	1.350,0	1.482,0	132,0
Complemento do FGTS	5.208,0	0,08	5.459,7	0,08	5.550,4	0,08	5.570,9	0,08	90,7	111,2	20,5
Cont. Plano de Seguridade do Servidor	13.707,3	0,21	15.932,6	0,22	14.149,8	0,20	13.853,7	0,20	(1.782,8)	(2.078,9)	(296,1)
Contribuição do Salário-Educação	20.091,7	0,31	21.691,7	0,30	21.356,6	0,30	21.210,9	0,30	(335,0)	(480,8)	(145,7)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	36.039,7	0,55	44.907,8	0,63	51.466,0	0,72	49.417,7	0,70	6.558,2	4.509,9	(2.048,3)
Dividendos e Participações	5.517,1	0,08	6.782,0	0,09	8.862,0	0,12	7.164,4	0,10	2.080,0	382,4	(1.697,6)
Operações com Ativos	1.127,4	0,02	2.529,7	0,04	4.949,7	0,07	5.294,9	0,08	2.420,0	2.765,2	345,2
Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	13.457,8	0,21	14.389,3	0,20	13.575,7	0,19	13.524,6	0,19	(813,7)	(864,7)	(51,0)
Demais Receitas	46.856,9	0,71	35.872,2	0,50	36.292,6	0,51	36.744,8	0,52	420,4	872,6	452,3
TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	228.474,8	3,48	244.220,2	3,41	243.862,7	3,42	246.078,9	3,51	(357,5)	1.858,7	2.216,2
RECEITA LÍQUIDA	1.140.705,5	17,39	1.206.285,2	16,84	1.204.460,6	16,90	1.203.153,5	17,16	(1.824,6)	(3.131,7)	(1.307,1)

Fonte: SOF/MP. Avaliações citadas. Elaboração dos autores.

(*) Não inclui a compensação ao RGPS pela desoneração da folha



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

TABELA VIII-B
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2017-2018
 Resultado e Evolução de Estimativas das Avaliações de Receitas e Despesas Primárias

Despesas e Resultado Primário	Realizado 2017		Orçamento		Aval Extemp Fevereiro (Dec. 9.276/18)		Aval 1º Bimestre (Dec. 9.323/18)		Diferenças entre		
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	Aval Extemp e	Aval 1º -	Aval 1º e Aval
									Orçamento	Orçamento	Extemp
RECEITA LÍQUIDA	1.140.705,5	17,39	1.206.285,2	16,84	1.204.460,6	16,90	1.203.153,5	17,16	(1.824,6)	(3.131,7)	(1.307,1)
DESPESAS	1.265.106,4	19,29	1.361.818,3	19,01	1.359.265,7	19,08	1.360.596,9	19,41	(2.552,7)	(1.221,5)	1.331,2
Benefícios da Previdência	557.234,8	8,49	596.268,4	8,32	592.372,4	8,31	592.372,4	8,45	(3.896,0)	(3.896,0)	
Pessoal e Encargos Sociais	284.041,1	4,33	296.921,8	4,14	302.555,8	4,25	302.553,7	4,32	5.634,0	5.631,9	(2,1)
Outras Despesas Obrigatórias	183.349,5	2,79	201.565,7	2,81	197.713,4	2,77	199.372,2	2,84	(3.852,3)	(2.193,5)	1.658,9
Abono e Seguro Desemprego	54.508,1	0,83	62.587,1	0,87	56.896,4	0,80	56.896,4	0,81	(5.690,7)	(5.690,7)	
Anistiados	180,8	0,00	275,2	0,00	275,2	0,00	275,2	0,00			
Apoio Fin. Municípios/Estados											
Auxílio à CDE											
Benefícios de Legislação Especial	571,5	0,01	723,9	0,01	723,9	0,01	723,9	0,01			
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	53.744,2	0,82	55.958,8	0,78	55.903,7	0,78	55.903,7	0,80	(55,1)	(55,1)	
Complemento do FGTS	5.208,0	0,08	5.459,7	0,08	5.550,4	0,08	5.570,9	0,08	90,7	111,2	20,5
Créditos Extraordinários	785,2	0,01			1.192,1	0,02	1.387,7	0,02	1.192,1	1.387,7	195,6
Despesas Custeadas com Convênios/Doações	312,5	0,00									
Fabricação de Cédulas e Moedas	856,4	0,01	881,0	0,01	881,0	0,01	881,0	0,01			
Fundef/Fundeb - Complementação	13.070,9	0,20	14.054,3	0,20	13.731,4	0,19	13.800,8	0,20	(322,9)	(253,5)	69,3
Fundo Constitucional do DF	1.458,0	0,02	1.655,3	0,02	1.655,3	0,02	1.655,3	0,02			
Fundos FDA, FDNE e FDCO											
Legislativo/Judiciário/MPU	12.060,4	0,18	14.888,3	0,21	14.888,3	0,21	14.888,3	0,21			
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	3.860,4	0,06	1.920,0	0,03	1.920,0	0,03	1.920,0	0,03			
Reserva de Contingência			0,3	0,00	0,3	0,00	0,3	0,00			
Sentenças Judiciais e Precatórios	10.661,3	0,16	14.586,2	0,20	15.086,2	0,21	15.086,2	0,22	500,0	500,0	
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.657,1	0,28	20.346,1	0,28	22.250,8	0,31	22.231,2	0,32	1.904,7	1.885,1	(19,6)
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	303,3	0,00	297,4	0,00	290,0	0,00	293,1	0,00	(7,4)	(4,3)	3,1
Transferência Multas ANEEL (Ac. TCU nº 3.389/2012)	893,2	0,01	933,0	0,01	950,1	0,01	920,8	0,01	17,1	(12,1)	(29,3)
Impacto Primário do FIES	6.218,0	0,09	5.282,9	0,07	3.802,0	0,05	5.221,2	0,07	(1.480,9)	(61,7)	1.419,2
Financiamento de Campanha Eleitoral			1.716,2	0,02	1.716,2	0,02	1.716,2	0,02			
Desp. Discricionárias+Sujeitas a Program. Executivo	240.481,0	3,67	267.062,5	3,73	266.624,1	3,74	266.298,5	3,80	(438,4)	(764,0)	(325,6)
Despesas Obrigatórias sujeitas a Controle de Fluxo	126.449,2	1,93	137.577,8	1,92	137.709,4	1,93	137.383,8	1,96	131,6	(194,0)	(325,6)
Base Contingenciável do Executivo	114.031,8	1,74	129.484,7	1,81	128.914,7	1,81	128.914,7	1,84	(570,0)	(570,0)	
Emendas Individuais na Programação do Executivo ⁽¹⁾	4.545,4	0,07	8.773,9	0,12	8.773,9	0,12	8.773,9	0,13			
Emendas de Bancada na Programação do Executivo ⁽¹⁾	783,2	0,01	3.071,2	0,04	3.071,2	0,04	3.071,2	0,04			
Despesas Discricionárias/Base Contingenciável	108.703,3	1,66	117.639,6	1,64	117.069,6	1,64	117.069,6	1,67	(570,0)	(570,0)	
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC ⁽¹⁾	29.923,4	0,46	25.578,3	0,36	22.957,7	0,32	20.957,7	0,30	(2.620,6)	(4.620,6)	(2.000,0)
Demais Discricionárias	78.779,9	1,20	92.061,3	1,28	94.111,9	1,32	96.111,9	1,37	2.050,6	4.050,6	2.000,0
Discrepância Estatística	5.958,7	0,09									
RESULTADO PRIMÁRIO	(118.442,2)	-1,81	(155.533,1)	-2,17	(154.805,1)	-2,17	(157.443,4)	-2,25	728,1	(1.910,3)	(2.638,3)
Resultado do Tesouro	77.909,1	1,19	46.944,6	0,66	46.615,6	0,65	52.892,3	0,75	(329,0)	5.947,8	6.276,8
Resultado da Previdência Social antes da Compensação	(196.351,3)	-2,99	(202.477,7)	-2,83	(201.420,6)	-2,83	(210.335,7)	-3,00	1.057,1	(7.858,0)	(8.915,1)
Memorando: Despesas Obrigatórias											
Total das Despesas Obrigatórias	1.151.074,6	17,55	1.232.333,6	17,20	1.230.351,0	17,27	1.231.682,2	17,57	(1.982,6)	(651,4)	1.331,2
Total, exclusive sujeitas a Controle de Fluxo	1.024.625,4	15,62	1.094.755,9	15,28	1.092.641,6	15,33	1.094.298,4	15,61	(2.114,3)	(457,5)	1.656,8
Do Executivo, exclusive sujeitas a Controle de Fluxo	1.012.565,0	15,44	1.079.867,6	15,07	1.077.753,3	15,13	1.079.410,1	15,40	(2.114,3)	(457,5)	1.656,8
Compensação ao RGPS pela Desoneração Folha ⁽²⁾	13.901,4	0,21	11.546,9	0,16	12.332,0	0,17	13.699,0	0,20	785,1	2.152,1	1.367,0
Produto Interno Bruto (R\$ bilhões)	6.559,9		7.165,3		7.125,5		7.009,7		(39,8)	(155,6)	(115,8)

Fonte: SOF/MP. Avaliações citadas. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ No realizado, despesas pagas, inclusive restos a pagar. Nas avaliações, limite financeiro.

⁽²⁾ Não incluída nas despesas acima.



13. **Onde cortar?** O contingenciamento se aplica efetivamente a apenas uma parte das despesas ditas discricionárias e pesa muito sobre essa parcela, que vem encolhendo com o tempo em virtude de ajustes fiscais anteriores e do efeito da aplicação do teto de despesas a partir de 2017. Desde o Decreto 9.018/17, de 30 de março, essa parcela sobre a qual pode incidir corte no Executivo vem sendo destacada. Na Avaliação do 1º bimestre, representa R\$ 128,9 bilhões, incluindo as emendas impositivas, ou R\$ 117,1 bilhões sem essas inclusões, dos quais R\$ 16,1 bilhões devem ser obrigatoriamente executados em ações e serviços de saúde, primárias, para que o mínimo seja contemplado. Restam assim, para atender eventual contingenciamento, incluindo PAC, R\$ 101 bilhões. De fato, este valor ainda é menor, porque existem, concomitantemente, as reservas orçamentária e financeira. De outro lado, as 2 Avaliações deste exercício mostram que existe espaço para a redução de despesas obrigatórias sujeitas a controle de fluxo.

14. **Nova postura.** O Executivo, nas Avaliações de 2017, valorizou transparência e responsabilidade fiscal. Desconsiderou nas reprogramações, desde a de 22 de março daquele ano, receitas incertas. Em 2018 permaneceram na programação, mesmo que dependendo de liberação de reserva, recursos duvidosos da capitalização da Eletrobras,¹² mas a proposta pouco avançou no Congresso. Continua ausente em avaliações bimestrais estimativa do impacto para o erário da decisão do STF excluindo o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Por outro lado, as próximas Avaliações devem trazer maiores receitas, pelos menos as decorrentes do leilão da 15ª Rodada de petróleo e gás e dos parcelamentos cujos vetos foram derrubados.

15. **Ajuste considerado na Mensagem Modificativa ao PLOA 2018.** A estimativa da receita líquida caiu bem menos que o insucesso das medidas de ajuste do lado das receitas sugeriria. Essas receitas no orçamento representavam R\$ 13,2 bilhões, como mostra a Tabela IX. Despesas que se buscava reduzir também escaparam ao ajuste.

¹² Considere-se o prazo para aprovação do projeto de lei e todas as operações que a iniciativa implica para resultar em receita para o Tesouro Nacional. As prioridades do Congresso podem divergir da pauta do Executivo em ano eleitoral.

TABELA IX
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2018
Alterações da Mensagem Modificativa ao PLOA 2018 Original com Impacto Primário

Medidas	Impacto	
	Bruto	Líquido de Transferências
Receitas	19.345,49	14.464,10
Imposto de renda - Mercado de Capitais	10.383,78	5.607,24
Fundos de investimentos fechados	10.720,00	5.788,80
<i>Day trade</i>	(336,22)	(181,56)
Aumento progressivo da alíquota da CPSS	1.467,56	1.764,28
Receita da CPSS	2.112,60	2.112,60
Imposto de renda retido na fonte - trabalho	(645,04)	(348,32)
Reoneração da Folha	5.821,60	5.821,60
Arrecadação líquida do INSS	8.370,90	8.370,90
Cofins	(2.549,30)	(2.549,30)
Subtotal das Medidas de Ajuste nas Receitas	17.672,94	13.193,12
Concessões	(600,00)	(600,00)
<i>Efeito de parâmetros e realização até o mês</i>	2.272,55	1.870,98
Despesas	37.116,07	37.116,07
Pessoal	(4.377,20)	(4.377,20)
Ressarcimento pela desoneração da folha	(2.970,83)	(2.970,83)
Subtotal das Medidas de Ajuste nas Despesas	(7.348,03)	(7.348,03)
Benefícios da Previdência	(1.925,50)	(1.925,50)
Lei Kandir	1.900,00	1.900,00
Reavaliação de outras despesas obrigatórias	4.274,53	4.274,53
Despesas discricionárias	47.563,10	47.563,10
Meta de Resultado Primário	(30.000,00)	(30.000,00)
<u>Memorando:</u>		
Arrecadação do INSS	11.341,73	11.341,73
Déficit da Previdência	(13.267,23)	(13.267,23)

Fonte: Relatório da Receita do PLOA 2018. Elaboração dos autores.

III – AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS

16. **Contingenciamento desnecessário.** A 1ª Avaliação de receitas e despesas foi realizada já considerando a arrecadação até fevereiro de 2018 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Tabela em anexo apresenta a evolução dos diversos indicadores.

17. **Previsão da Receita.** Em termos líquidos, a receita piorou da Avaliação extemporânea para a 1ª Avaliação, e está R\$ 3,1 bilhões abaixo do que constou do Orçamento. Deterioração muito maior foi evitada pela reestimativa ampla da receita administrada pela RFB, em alta de R\$ 13,1 bilhões entre as duas Avaliações, devida inteiramente ao seu desempenho no primeiro bimestre.

18. **Receita da RFB.** A receita administrada havia retomado seu ritmo de crescimento em 2017. Deflacionada pelo IPCA e depois de descontados os principais ingressos não recorrentes em ambos os exercícios, cresceu exato 1% em relação a 2016.¹³ Discute-se se poderá acelerar seu passo em relação ao PIB e se os resultados da arrecadação no primeiro bimestre seriam indicação disso. Arrecadar mais, dado o teto das despesas praticamente atingido, significaria menor déficit e melhor desempenho relativamente à regra de ouro. As Tabelas X, XI e XII mostram os parâmetros revistos que influenciaram as estimativas da receita, em quanto a receita administrada está estimada na 1ª Avaliação e na Avaliação extemporânea, e em quanto variou, tributo a tributo, entre as duas. A Tabela XI, em particular, mostra que o aumento da arrecadação só não é maior porque se pretende restituir maior volume de tributos no exercício.

TABELA X
 VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PARÂMETROS DA RFB, 2018

Indicadores	Variação Média 2018/2017	
	Aval Extemp	Aval Bim I
Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP)	3,57%	3,19%
PIB	3,00%	2,97%
Taxa Média de Câmbio	3,33%	2,48%
Taxa de Juros (Over)	-32,77%	-33,32%
Massa Salarial	6,29%	5,77%

Fonte: Relatórios das Avaliações citadas.

TABELA XI
 PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB, 2018
 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	Valores		Difer (b)-(a)
	Aval Extemp (a)	Aval Bim I (b)	
1) Previsão (Valores Brutos)	913.184	930.760	17.576
<i>sendo Receitas Extraordinárias</i>	15.600	12.745	-2.855
2) Restituições	(32.260,0)	(36.722,0)	(4.462,0)
3) Previsão (Valores Líquidos) (1)-(2)	880.924	894.037	13.113

Fonte: Relatórios das Avaliações citadas.

¹³ Ver resultado de 2017 em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/dezembro2017/analise-mensal-dez-2017.pdf>



TABELA XII
PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS LÍQUIDAS DE RESTITUIÇÕES NO DECRETO 9.323/2018 E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO DECRETO 9.276/2018
(R\$ MILHÕES)

ITEM	REALIZ						TOTAL	PREVISTA NO DECRETO 9.323/18 (AVAL I)						TOTAL
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.		REALIZ	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO DECRETO 9.276/18					
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.		1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.076	6.079	6.370	6.745	7.041	6.743	39.054	555	137	-118	-365	-111	180	278
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	21	3	5	9	4	4	46	20	1	0	1	1	1	23
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.359	8.950	8.913	9.084	9.969	9.996	56.270	1.222	15	-2	153	201	9	1.596
I.P.I. - FUMO	989	897	820	814	914	777	5.211	167	0	0	0	0	0	168
I.P.I. - BEBIDAS	545	489	461	380	518	605	2.998	-41	15	-6	13	13	-14	-20
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	707	882	737	806	885	832	4.849	-32	21	28	14	23	46	100
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.491	2.783	2.903	3.105	3.232	3.055	17.570	247	211	93	77	50	68	747
I.P.I. - OUTROS	4.626	3.899	3.992	3.978	4.421	4.727	25.642	880	-231	-118	48	115	-92	601
IMPOSTO SOBRE A RENDA	72.258	64.231	49.335	47.733	51.904	57.804	346.265	3.088	-273	-2.055	-1.733	758	3.232	6.018
I.R. - PESSOA FÍSICA	2.971	10.213	6.244	5.280	5.005	3.486	33.199	-813	4	27	37	44	61	-640
I.R. - PESSOA JURÍDICA	34.188	22.048	13.515	20.131	22.002	16.346	128.229	3.905	-93	97	119	154	314	4.495
I.R. - RETIDO NA FONTE	38.099	31.970	29.577	22.322	24.897	37.972	184.837	2.996	-183	-2.177	-1.889	560	2.856	2.162
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	21.426	19.398	13.279	10.113	12.766	18.952	95.935	1.077	-38	-1.941	-1.840	602	2.995	856
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	8.332	6.226	11.056	6.157	6.186	11.299	49.256	460	-99	-199	-67	-72	-200	-178
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	5.989	4.528	3.466	4.018	3.957	5.572	27.530	1.048	-50	-55	-11	-3	7	936
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	2.352	1.819	1.776	2.033	1.988	2.148	12.116	412	4	18	28	33	53	548
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.878	5.903	5.985	6.219	6.158	6.492	36.636	-638	-418	-100	-48	-35	5	-1.233
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	44	41	36	34	1.040	225	1.420	18	0	0	0	0	-1	17
CONVENIADO	40	37	32	30	936	202	1.278	16	1	-1	-1	0	-1	16
NÃO CONVENIADO	4	4	4	3	104	22	142	1	0	0	0	0	-1	2
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	42.416	39.166	40.738	41.860	42.043	43.148	249.371	2.254	80	348	607	725	1.136	5.150
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	11.556	10.600	10.736	11.033	11.053	11.490	66.467	443	-90	-15	20	85	194	636
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	20.614	12.594	7.794	11.758	12.364	9.254	74.377	2.420	-41	47	-320	80	112	2.297
CIDE - COMBUSTÍVEIS	872	949	948	1.026	1.033	1.000	5.829	-77	-19	-16	-9	-45	-4	-170
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	30	78	122	107	89	78	504	-24	-1	-1	0	0	1	-25
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	4.995	2.644	2.496	2.346	2.485	2.832	17.799	2.187	-782	-758	-719	-709	-694	-1.474
RECEITAS DE LOTERIAS	1.069	923	1.005	893	947	1.121	5.959	291	0	0	0	0	0	292
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	726	511	479	515	529	526	3.286	224	-6	-8	-1	0	1	210
DEMAIS	3.201	1.210	1.012	938	1.009	1.185	8.555	1.673	-776	-750	-718	-709	-695	-1.974
RECEITA ADMINISTRADA	177.119	151.239	133.477	137.952	145.184	149.066	894.037	14.467	-1.389	-2.671	-2.416	952	4.170	13.113

Fonte: Decretos citados. Elaboração dos autores.

19. **Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil.** Com relação a 2017, a receita administrada terá aumento nominal de 7,2%. Chamam atenção os impostos sobre a importação, com crescimento de quase 22% em relação ao ano anterior, resultado do aumento do valor em dólar das compras no exterior. A Avaliação do 1º bimestre estima arrecadação de R\$ 894 bilhões de receita administrada, R\$ 3,8 bilhões a menos que na Lei. A não aprovação da MP 806/17, que trata da tributação dos fundos fechados, retirou mais de R\$ 10 bilhões do imposto de renda sobre rendimentos do capital. A não aprovação do PL nº 8.456/17 (que trata da reoneração da folha de alguns setores), por seu turno, elevou a receita da Cofins em R\$ 2,1 bilhões. O resultado líquido em relação ao Orçamento foi ainda positivo em função da arrecadação excepcional do PERT em janeiro, mais que compensando a frustração com as medidas legislativas.

20. **Previdência.** Está prevista na 1ª Avaliação bimestral frustração da receita da Previdência de R\$ 11,8 bilhões em relação ao Orçamento (não considerando a compensação). Desses, R\$ 2,8 bilhões foram reconhecidos na Avaliação extemporânea, pelo atraso na aprovação da reoneração da folha até aquele momento, e R\$ 8,9 bilhões, entre as 2 avaliações, ao já se considerar que a reoneração não será aprovada. O déficit da Previdência Social diminuiu um pouco em relação ao Orçamento na Avaliação extemporânea porque, mesmo atrasando a aprovação do PL, despesas com benefícios foram revistas para incorporar no cálculo um salário mínimo menor. O déficit aumentou na 1ª Avaliação bimestral em relação à Extemporânea somente por considerar-se a perda total da receita, e já supera R\$ 210 bilhões em 2018 – estável em 3% do PIB.

21. **Desde a Avaliação extemporânea.** Na Avaliação de fevereiro, além de correções justificadas pela atualização de parâmetros de projeção, foram mantidas na programação as receitas primárias decorrentes da desestatização da Eletrobras, com a mesma previsão de concessões que constou do Orçamento. Entretanto, foi reduzida a estimativa da arrecadação do imposto de renda, pela não aprovação da MP 806/17, que expirou. Reduziu-se também a receita em R\$ 1,8 bilhão, pela suspensão do aumento da alíquota (que passaria a progressiva) da CPSS (contribuição para o regime próprio do servidor) em decorrência de liminar concedida pelo STF e posterior encerramento da vigência da MP 805/17.

22. **Concessões e Permissões.** A Lei não incluiu em suas previsões a 15ª Rodada de concessões, nem a 4ª Rodada de partilha da produção de petróleo. A Avaliação de fevereiro passou a registrar cerca de R\$ 1,4 bilhão a esse título¹⁴. O leilão da 15ª Rodada (29 de março) rendeu R\$ 8,014 bilhões em bônus de assinatura e teve 47% dos blocos arrematados. As receitas excedentes aos bônus mínimos se somarão às projeções de receita na próxima Avaliação. Novos ganhos poderão vir ainda com a realização da 4ª Rodada, em junho, e de uma 5ª Rodada, extra, em data a ser definida.

¹⁴ Não há informação precisa, visto que o Relatório de avaliação de receitas e despesas cita o resultado (R\$ 1.350 milhões) dos leilões em conjunto com redução das receitas do setor de aeroportos.

23. **Royalties e Compensações Financeiras em alta.** Essas receitas dependem, no caso do petróleo, que responde por sua maior parte, do câmbio; da cotação média do barril Brent; e do volume produzido. Na proposta orçamentária de 2018 a rubrica alcançaria R\$ 44,9 bilhões, valor mantido pelo Congresso, considerando cotação do preço médio do barril de US\$ 53,83. A elevação do preço médio do barril de petróleo (mesmo caindo de US\$ 68,19 para US\$ 64,98 entre as Avaliações) ampliou a previsão de *royalties* em R\$ 4,5 bilhões em relação ao que constou do Orçamento. Até fevereiro, a receita de *royalties* e compensações financeiras foi de R\$ 9,9 bilhões, 34% a mais do que no primeiro bimestre de 2017.

24. **Operações com Ativos.** A lei orçamentária previa arrecadação de R\$ 2,5 bilhões em 2018 a título de operações com ativos, sendo R\$ 1,5 bilhão de alienação de bens intangíveis e o restante com leilões de folhas de pagamento e de benefícios. A Avaliação de fevereiro acrescentou à previsão R\$ 2,4 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões com bens intangíveis. O saldo do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE) era de R\$ 4,05 bilhões em março e pode ser resgatado pelo Fundo Soberano e depositado na conta única até o fim do exercício.

25. **Na Avaliação do 1º Bimestre.** O projeto de lei de reoneração da folha de pagamento já foi dado como perdido. Sem impacto na receita de 2018, o governo desistiu também de encaminhar projeto de reestruturação das carreiras que previa um salário inicial menor para servidores federais do Executivo, de R\$ 5.000,00.

26. **Pessoal e Encargos Sociais.** É o item de despesa obrigatória que mais cresceu (R\$ 5,6 bilhões) em relação à Lei, porque a reprogramação considera descartada a aprovação da MP 805/17, que tratava do adiamento por um ano do reajuste salarial dos servidores e foi objeto de liminar suspensiva no STF. A estimativa é de que se mantenha estável em relação a 2017, em 4,3% do PIB. A média no período 2011-2016 foi 4%.

27. **Benefícios Previdenciários.** A Avaliação do 1º bimestre reduziu a previsão de pagamentos de benefícios do RGPS em R\$ 3,9 bilhões em relação à Lei. Isso se deveu à redução do salário mínimo e da estimativa do INPC em relação à mensagem modificativa. Benefícios da Previdência deverão representar, de acordo com a reprogramação, 8,45% do PIB – a título de comparação, em 2000 equivaliam a 5,5% do PIB.

28. **Abono e Seguro-Desemprego.** A reestimativa mostrou significativo recuo de R\$ 5,7 bilhões, pouco mais de 9% do constante do Orçamento. Nota Técnica do Ministério do Trabalho, de 31 de janeiro, demonstra que a essa correção se deu apenas no seguro desemprego, reduzindo-as em 13%; que o valor médio das parcelas recebidas pelas categorias de beneficiários cresce de 2017 para 2018 na proporção do aumento do salário mínimo, mais baixo que o constante da Lei; que o número de parcelas dos benefícios fica constante por tipo de beneficiário em relação a 2017; e que o número de beneficiários da principal categoria (87% do total) cai quase 14% em relação hipótese em que se baseou estimativa do órgão em setembro de 2017. Abono e seguro-desemprego somados têm representado entre 0,8% e 0,9% do PIB.

29. **Créditos Extraordinários.** Item que não consta do Orçamento nem está sujeito ao teto das despesas, soma agora R\$ 1,39 bilhão, em sua maior parte para pagamento de restos a pagar. Contempla ainda a MPV 823/18, de 9 de março, para assistência a imigrantes venezuelanos. Crescerá pelo menos R\$ 1,2 bilhão com a inclusão da despesa da intervenção no RJ, cujo crédito já está aberto.

30. **Sentenças Judiciais e Precatórios em outras despesas correntes e de capital.** O aumento de R\$ 500 milhões no item decorre do disposto no art. 3º da Lei 13.463/17, de 6 de julho, que cancelou precatórios e as requisições de pequeno valor que não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial. O dispositivo prevê que, cancelado o precatório ou a RPV, poderá ser expedido novo ofício requisitório, a requerimento do credor.

31. **Subsídios, Subvenções e Proagro.** O item está estimado em R\$ 22,2 bilhões em 2018.¹⁵ A parte preponderante do seu aumento de R\$ 1,89 bilhão em relação ao Orçamento é para recompor cancelamento de R\$ 1,77 bilhão em subvenção ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI, obrigação já assumida pela União. O cancelamento ocorrido durante a tramitação da proposta foi de R\$ 3,5 bilhões. A necessidade financeira teria sido reduzida, segundo as Avaliações, porque os valores executados em janeiro foram menores que o previsto – observe-se a forte incidência desses pagamentos em janeiro e julho e o fato de que foram pagos em janeiro de 2017 R\$ 9 bilhões, R\$ 18,7 bilhões em todo o exercício, e apenas R\$ 6 bilhões no mesmo mês de 2018. Anos anteriores não se prestam a comparações dados os atrasos de pagamentos finalmente quitados acumuladamente em fim de 2016. Também, em relação a 2018, prevê-se agora menor taxa de juros que quando do encaminhamento da proposta modificativa.

32. **Impacto Primário do FIES.** Trata-se de operação de empréstimo cujo saldo líquido de desembolsos e reembolsos afeta o resultado primário. As reestimativas nas 2 Avaliações do exercício foram em direções contrárias: era de R\$ 5,3 bilhões na Lei, caiu a R\$ 3,8 bilhões no primeiro Relatório, e voltou a R\$ 5,2 bilhões no segundo, praticamente o valor original. Estão afetando os resultados das estimativas: (a) o parâmetro de inadimplência maior que 360 dias. Em 2018, cada Avaliação foi precedida de uma atualização do parâmetro. Na mensagem modificativa ao PLOA, estimou-se em 22,2%; na Avaliação extemporânea, calculou-se 17,3%; na de março, 20,65%; (b) a metodologia de previsão de curto prazo, que foi atualizada para a Avaliação extemporânea; e (c) os valores realizados de impacto primário do Fies até dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente.

33. **Despesas Discricionárias.** A Avaliação do 1º bimestre dota essas despesas com R\$ 128,9 bilhões. A redução nesse item, de R\$ 570 milhões em relação ao Orçamento, se deve exclusivamente a reclassificação da despesa com o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN em relação ao programado no Orçamento, que passou a ser

¹⁵ A Avaliação extemporânea chama atenção para o fato de que foi observada a necessidade de se incluir despesas financeiras com controle de fluxo que impactam o resultado primário (empréstimos líquidos) constantes do Anexo VII da LDO.

classificada como despesa obrigatória com controle de fluxo por decisão do STF em ADPF.¹⁶ No entanto, ficou alterada a repartição dos recursos entre Programa de Aceleração do Crescimento, basicamente investimentos de porte, e demais despesas de capital e custeio: o PAC no Orçamento representa R\$ 25,6 bilhões, e R\$ 21 bilhões, nesta última Avaliação: R\$ 4 bilhões foram redirecionados para custeio e outras despesas de capital. Despesas discricionárias representaram em média 2,2% do PIB, e o PAC, 0,8% do PIB, no período 2011-2016. Em 2017, ano em que sobrou espaço fiscal, foram respectivamente 1,7% do PIB e pouco menos de 0,5% do PIB. De acordo com a 1ª Avaliação bimestral, em 2018 serão mais de 1,8% do PIB as despesas discricionárias, e o PAC apenas 0,3% do PIB.

34. Despesas Obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo. Caem menos de R\$ 200 milhões em relação ao Orçamento, representando na Avaliação do 1º bimestre R\$ 137,4 bilhões, quase 2% do PIB. Embora pareça uma queda pequena, é resultado de diversas mudanças no Orçamento. Da lei orçamentária para cá, despesas com o FUNPEN aumentaram R\$ 1.200 milhões e foram reclassificadas como obrigatórias com controle de fluxo: não apenas R\$ 570 milhões, conforme visto acima, como também, pela mesma razão, saldo de receitas vinculadas não empenhado em 2017, de R\$ 144 milhões, e R\$ 486 milhões referentes à estimativa de superávit financeiro do Fundo. Alguma economia acima de bilhão de reais, em compensação, tem sido possível nessa categoria de despesas. Despesas do Ministério da Saúde obrigatórias com controle de fluxo caíram R\$ 1.398 milhões, após atualizadas as estimativas, a maior parte em despesas com procedimentos de média e alta complexidade (R\$ 1,03 bilhão) e com ações de incentivo financeiro a esferas subnacionais para vigilância em Saúde e piso de atenção básica em Saúde (R\$ 268 milhões). A Nota do Ministério da Saúde destaca a demanda por créditos adicionais decorrentes da MP 815/17, de 29 de dezembro, para os quais poderiam ser direcionados em parte esses valores.¹⁷ No entanto, o PLN 01/2018, que abre crédito especial para atender as despesas dessa MP oferece outras fontes de cancelamento.

¹⁶ Ver em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665> Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 347, de 2015, que determinou “à União que libere o saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional para utilização na finalidade para a qual foi criado, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos”. Vide também alteração na Lei Complementar nº 79, de 1994, de criação do FUNPEN, pela Lei 13.500/17, de 26 de outubro, que vedou contingenciamento de recursos do FUNPEN (art. 3º, § 6º da citada LC).

¹⁷ A MP 815 “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018”, autoriza “a União ... a transferir aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018, a título de apoio financeiro, o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) e determina que “Os recursos transferidos na forma estabelecida nesta Medida Provisória serão aplicados pelos entes federativos preferencialmente nas áreas de saúde e educação”.



ANEXOS

TABELA ANEXA I

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2015-2018 ⁽¹⁾

Valores Estimados e Realizados

Parâmetros	2015		2016		2017										2018					
	Real	Lei 2016	Real	PLDO 2017	LDO 2017	PLOA/LOA 2017	SPE 21/11	Aval 1º Bimestre/ Extemp. Março/ SPE 13/3	Aval 2º Bimestre/ SPE 3/5	Aval 3º Bimestre / PLOA 2018 SPE 11/7	Aval 4º Bimestre PLOA Mod 2018 SPE 11/9	Aval 5º Bimestre SPE 1/11	Aval Extemp. Dezembro/ SPE 15/12	Real	PLOA 2018 SPE 11/7	PLOA Mod 2018 SPE 11/9	Lei 2018	Aval Extemp. Fevereiro/ SPE 31/1	Aval 1º Bimestre/ SPE 12/3	Mercado 6/4
Varição real do PIB (%)	(3,55)	(1,88)	(3,46)	1,00	1,20	1,60	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,5	1,1	0,99	2,00	2,00	2,50	3,0	3,0	2,80
PIB (R\$ bilhões)	5.995,8	6.116,9	6.259,2	6.788,1	...	6.821,9	6.747,6	6.704,7	6.695,0	6.637,2	6.637,2	6.626,7	6.621,2	6.559,9	7.137,9	7.130,4	7.165,3	7.125,5	7.009,7	...
IPCA acum (%)	10,67	6,47	6,29	6,00	4,80	4,80	4,70	4,30	4,30	3,70	3,50	3,2	2,9	2,95	4,24	4,20	4,20	3,9	3,64	3,53
IGP-DI acum (%)	10,70	6,00	7,18	5,50	...	5,55	5,90	4,56	2,96	(0,36)	(1,01)	(1,0)	(0,7)	(0,42)	4,50	4,50	4,50	4,5	4,20	4,44
INPC acum (%)	11,28	5,52	6,58	6,00	...	5,04	4,80	4,62	4,04	3,50	3,10	2,5	2,3	2,07	4,19	4,27	4,27	4,0	3,76	3,40
Massa salarial (%)	6,81	1,95	3,23	7,17	...	7,37	6,00	3,97	3,19	3,98	4,74	5,12	5,12	3,03	5,66	6,15	6,18	6,5	5,88	...
Selic média (% a.a.)	13,27	13,99	14,02	13,06	...	12,11	11,65	10,89	10,66	10,18	10,04	9,97	9,35	9,69	8,04	7,00	7,00	6,72	6,49	6,34
Selic-fim de período (% a.a.)	14,25	13,25	13,75	12,75	11,25	11,00	10,75	9,30	8,50	8,25	7,30	7,1	7,1	7,00	8,00	7,25	7,25	6,7	6,50	6,25
Câmbio médio (R\$/US\$)	3,33	4,09	3,49	3,43	3,40	3,18	3,17	3,25	3,18	3,17	3,19	3,19	3,38	3,29	3,29	3,30	3,27	3,29
Câmbio fim (R\$/US\$)	3,87	4,19	3,35	4,4	3,81	3,50	3,60	3,30	3,22	3,34	3,20	3,18	3,26	3,29	3,40	3,35	3,35	3,34	3,30	3,30
Petróleo-preço médio (US\$)	54,40	52,16	44,89	46,84	51,15	56,18	53,34	50,50	52,21	53,78	53,78	55,32	50,32	53,83	53,83	68,19	64,98	...
Importações ⁽²⁾ em US\$ (%)	(21,06)	(7,91)	(16,42)	15,67	...	21,75	11,29	15,3	20,39	3,97	4,21	6,92	6,92	6,41	13,10	14,83	14,83	13,68	14,76	...

Fonte: Relatórios de Avaliação e respectivas apresentações; LOA 2016, LOA 2017, LOA 2018, PLDO 2017; LDO 2017; PLOA 2017; PLOA 2018; Modificativa 2018; IBGE; Bacen; SOF/MPOG; STN/MF. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ "%" representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

⁽²⁾ Exclui petróleo e derivados.



TABELA ANEXA II

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2007-2018

	Dezembro											Fev de 2018	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	No Ano	12 Meses
	(% do PIB)												
Nominal	2,74	1,99	3,19	2,41	2,47	2,26	2,96	5,95	10,22	8,99	7,80	2,51	7,34
União	2,20	0,82	3,28	1,19	1,99	1,30	2,08	4,73	8,60	7,64	7,02	2,65	6,55
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	2,19	0,80	3,22	1,18	2,00	1,27	2,07	4,70	8,56	7,63	7,00	2,57	6,54
Estatais Federais ⁽²⁾	0,01	0,02	0,06	0,01	-0,01	0,03	0,00	0,03	0,03	0,01	0,02	0,09	0,01
Governos Regionais	0,54	1,17	-0,09	1,22	0,48	0,97	0,88	1,22	1,62	1,35	0,78	-0,15	0,79
Juros nominais	5,98	5,32	5,13	5,03	5,41	4,44	4,67	5,39	8,36	6,50	6,11	5,23	5,91
União	4,33	3,10	4,51	3,20	4,13	3,06	3,48	4,34	6,62	5,08	5,20	4,18	5,05
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	4,38	3,09	4,49	3,20	4,13	3,06	3,49	4,34	6,62	5,09	5,20	4,18	5,05
Estatais Federais ⁽²⁾	-0,05	0,00	0,01	-0,01	0,01	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)	0,00
Governos Regionais	1,65	2,23	0,62	1,83	1,28	1,38	1,19	1,05	1,74	1,42	0,91	1,05	0,86
Primário	(3,24)	(3,33)	(1,94)	(2,62)	(2,94)	(2,18)	(1,71)	0,56	1,85	2,49	1,69	(2,72)	1,43
União	(2,13)	(2,28)	(1,23)	(2,01)	(2,14)	(1,77)	(1,40)	0,39	1,97	2,56	1,82	(1,53)	1,50
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	(2,19)	(2,29)	(1,27)	(2,03)	(2,13)	(1,79)	(1,41)	0,35	1,94	2,55	1,81	(1,62)	1,49
<i>Sendo: INSS ⁽³⁾</i>	<i>1,65</i>	<i>1,16</i>	<i>1,29</i>	<i>1,10</i>	<i>0,81</i>	<i>0,85</i>	<i>0,94</i>	<i>0,98</i>	<i>1,43</i>	<i>2,39</i>	<i>2,78</i>	<i>2,67</i>	<i>2,79</i>
Estatais Federais ⁽²⁾	0,06	0,01	0,05	0,02	(0,01)	0,02	0,01	0,03	0,03	0,01	0,01	0,09	0,01
Governos Regionais	(1,11)	(1,05)	(0,72)	(0,61)	(0,80)	(0,41)	(0,31)	0,17	(0,12)	(0,07)	(0,13)	(1,20)	(0,07)
	(R\$ Milhões)												
Primário	(88.078,0)	(103.583,6)	(64.768,8)	(101.696,0)	(128.710,5)	(104.951,2)	(91.306,1)	32.535,9	111.248,9	155.790,6	110.582,7	(29.526,6)	94.300,4
União	(57.818,9)	(70.890,0)	(40.833,8)	(78.099,7)	(93.614,6)	(85.030,0)	(74.746,9)	22.479,3	118.384,3	160.309,1	119.394,5	(16.568,3)	99.118,4
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	(59.438,7)	(71.307,9)	(42.443,2)	(78.723,3)	(93.035,5)	(86.086,0)	(75.290,7)	20.471,7	116.655,6	159.473,4	118.442,2	(17.525,3)	98.440,0
<i>Sendo: INSS ⁽³⁾</i>	<i>44.881,7</i>	<i>36.206,7</i>	<i>42.867,9</i>	<i>42.890,0</i>	<i>35.546,3</i>	<i>40.824,8</i>	<i>49.856,1</i>	<i>56.698,1</i>	<i>85.818,1</i>	<i>149.733,9</i>	<i>182.441,8</i>	<i>28.925,8</i>	<i>184.447,4</i>
Estatais Federais ⁽²⁾	1.619,9	418,0	1.609,4	623,6	(579,1)	1.056,0	543,8	2.007,6	1.728,7	835,8	952,3	957,0	678,4
Governos Regionais	(30.259,1)	(32.693,7)	(23.935,0)	(23.596,4)	(35.095,9)	(19.921,2)	(16.559,3)	10.056,6	(7.135,4)	(4.518,5)	(8.811,8)	(12.958,3)	(4.818,1)
Memorando:													
PIB a preços correntes	2.720.263	3.109.803	3.333.039	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953	6.000.570	6.259.228	6.559.940	1.084.190	6.603.481

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui o Banco Central.

⁽²⁾ Não inclui o ajuste pelos recebíveis de Itaipu.

⁽³⁾ Considera receita da Previdência a compensação ao RGPS pelas desonerações da folha.



TABELA ANEXA III
DÍVIDA LÍQUIDA E BRUTA DO GOVERNO GERAL, 2007-2018

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Fev 2018
	(% do PIB)											
Dívida Bruta do Governo Geral ⁽¹⁾	56,7	56,0	59,2	51,8	51,3	53,7	51,5	56,3	65,5	70,0	74,0	75,1
Dívida Líquida do Setor Público ⁽²⁾	44,5	37,6	40,9	38,0	34,5	32,2	30,5	32,6	35,6	46,2	51,6	52,0
Dívida Interna Líquida	51,8	48,3	49,7	47,2	46,8	45,1	43,9	46,2	54,8	61,6	67,0	66,9
União (inclui Estatais Federais)	38,6	35,5	38,0	36,2	36,6	35,1	34,3	36,5	44,1	51,4	56,7	56,7
Governos Regionais	13,3	12,7	11,7	11,0	10,2	9,9	9,6	9,7	10,8	10,2	10,3	10,2
Dívida Externa Líquida	(7,3)	(10,7)	(8,8)	(9,3)	(12,3)	(12,9)	(13,4)	(13,6)	(19,2)	(15,4)	(15,4)	(14,9)
Governo Federal e Banco Central	30,0	23,4	28,0	25,8	23,1	20,8	19,2	20,8	21,9	33,4	38,6	39,2
Governos Regionais	14,9	14,5	13,1	12,4	11,6	11,5	11,4	11,9	13,8	12,8	13,0	12,8
Empresas Estatais Federais	(0,4)	(0,3)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	0,0
<u>Memorando:</u>												
<u>Tesouro Nacional</u>												
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	44,1	40,0	41,5	40,9	40,4	39,6	37,8	37,6	44,0	47,5	52,2	52,2
Títulos Livres na Carteira do Bacen	6,4	5,6	5,7	10,7	9,4	7,9	8,1	5,3	6,2	7,6	9,1	8,0
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(0,5)	(1,4)	(4,3)	(6,6)	(7,3)	(8,5)	(8,8)	(9,4)	(9,5)	(7,6)	(6,9)	(6,9)
Equalização Cambial ⁽⁵⁾	-	(5,5)	1,6	1,3	0,3	0,2	(0,1)	(1,1)	(1,8)	2,5	1,7	1,0
<u>Banco Central do Brasil</u>												
Operações Compromissadas	6,9	10,5	13,6	7,4	7,8	10,9	9,9	14,0	15,2	16,7	16,2	17,4
Base Monetária	5,4	4,7	5,0	5,3	4,9	4,8	4,7	4,6	4,3	4,3	4,5	4,0
Dívida Externa Líquida ⁽⁶⁾	(11,7)	(15,5)	(12,2)	(12,2)	(14,9)	(15,6)	(16,3)	(17,0)	(23,7)	(19,2)	(19,0)	(18,6)
	(R\$ Bilhões)											
Dívida Líquida do Setor Público	1.211,8	1.168,2	1.362,7	1.475,8	1.508,5	1.550,1	1.626,3	1.883,1	2.136,9	2.892,9	3.382,9	3.431,8
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	1.199,2	1.245,0	1.381,8	1.590,7	1.769,3	1.905,0	2.017,3	2.173,7	2.640,0	2.975,8	3.426,6	3.448,4
Operações Compromissadas	187,4	325,2	454,7	288,7	341,9	524,0	528,7	809,1	913,3	1.047,5	1.065,0	1.147,4
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(14,1)	(43,1)	(144,8)	(256,6)	(319,1)	(406,9)	(466,9)	(545,6)	(567,4)	(476,6)	(450,9)	(454,3)
Produto Interno Bruto (valores correntes)	2.720,3	3.109,8	3.333,0	3.885,8	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	6.000,6	6.259,2	6.559,9	6.603,5

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Exclui Banco Central e empresas estatais. Exclui dívida mobiliária na carteira do Bacen e inclui operações compromissadas do Bacen.

⁽²⁾ Inclui Banco Central e empresas estatais. Inclui títulos livres na carteira do Bacen.

⁽³⁾ Posição de carteira. A soma deste item com o valor registrado em "Dívida securitizadas e TDA" corresponde ao total da DPMFi no critério utilizado pelo Demab do Bacen.

⁽⁴⁾ Soma instrumentos híbridos de capital e dívida e outros créditos concedidos ao BNDES.

⁽⁵⁾ Equalização do resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais, realizadas pelo Banco Central (MP nº 435).

⁽⁶⁾ Inclui as reservas internacionais.